

CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL, BRASÍLIA, DF,

12 DE JULHO DE 2001

Meus companheiros de mesa; Senhoras e Senhores,

Eu não queria que o nosso encontro desta manhã tivesse – e não teve – o caráter de uma celebração. Eu queria que ele tivesse o caráter de uma reflexão. Foi por isso que pedi que o Doutor Roberto Martins fizesse a exposição técnica e que o Ministro Pedro Malan expusesse, nas linhas gerais, aquilo que tem sido o fundamento da nossa ação na área econômica, política e social, para que mais uma vez meditássemos sobre os desafios com os quais nos defrontamos.

Vou repetir uma frase que hoje é banal – é mais ou menos – porque é de Maquiavel: “O grande problema do reformador é que os que vão ser beneficiados com as reformas não o sabem e os que vão perder com elas sabem muito bem e se opõem às reformas.” Este é o nosso problema. Foi, e continuará sempre, o problema daqueles que têm vontade política de mudar o Brasil.

Os desafios que nós enfrentamos, no começo da década de 90, eram desta natureza. Havia que ter coragem, decisão, persistência,

humildade e competência para que as coisas pudessem ocorrer. Havia que compreender em que mundo nós estávamos situados. Havia que tomar as decisões, algumas das quais foram aqui referidas pelo Ministro Malan. Quando se tomam certas decisões, elas são sempre, no início, percebidas como insuficientes e impossíveis, que não vão dar certo. E as decisões são, freqüentemente, tomadas no isolamento, até que se provem corretas.

A vida política, a vida em geral, não é generosa. É dura, é cruel. Há que se ganhar. Mas não há que se ganhar a qualquer preço. Há que se ganhar mobilizando e mostrando que o caminho que está sendo trilhado é seguro. As pessoas só entram nele quando percebem que é seguro. É sempre assim. Não faço essa constatação como quem se queixa, mas como quem reconhece os dados da vida na sociedade e, sobretudo, na política.

Nós tínhamos que enfrentar, no início de 90, muitos problemas simultaneamente. E esse nós – eu disse para o Ministro Malan – não era eu, que era um mero Ministro, no início, das Relações Exteriores, ou antes, um Senador. Era o país. Alguns tentaram. Vários tentaram, em várias ocasiões, antes de mim. Alguma coisa se fez. Outras não deram certo.

O desafio que tínhamos que enfrentar, nós que fomos constituintes – e, aqui, alguns de nós fomos –, nem sequer, talvez, tivéssemos a consciência do tamanho dele naquele momento. Tivemos a falta de ventura em ter que definir um quadro institucional no momento em que o Congresso fremia de vontade de liberdade, com toda razão, e temia quaisquer restrições. Mais ainda, no momento em que se acreditava que as velhas estruturas do passado, que tinham sido congeladas pelos regimes autoritários, deveriam ser, ao mesmo tempo, repostas e condicionadas àquilo que o regime autoritário havia feito, ou seja, o estatismo.

O Congresso não se havia apercebido – reconheço que nem eu – do conjunto das transformações que estavam ocorrendo no mundo, não só no Brasil. Da mais evidente fala-se hoje com facilidade: a globalização. Mas havia uma mudança política imensa. Nós estávamos

passando de um regime de dualidade de poder mundial para um regime de quase unipotência. Nós não havíamos percebido isso. Não havia porque perceber isso, nos idos de 86 e 87. As forças de confronto internacional estavam vivas, então. As possibilidades de formas de desenvolvimento mais baseadas na burocracia e no Estado do que no mercado estavam firmes ainda. A idéia de que era possível uma utopia concreta que desse igualdade depressa, com a revolução, ainda incendiava corações.

O mundo mudou com muita rapidez. Tornou obrigatório que enfrentássemos reformas constitucionais, numa Constituição recém-promulgada com o entusiasmo de todos nós, menos do PT, que não assinou a Constituição porque achava que ela era insuficiente para garantir direitos corporativos. Estava mais atrasado do que a média dos congressistas brasileiros.

Fizemos a Constituição. E, mal a fizemos, percebemos que os direitos que ela assegurava não vieram, correspondentemente, alicerçados em recursos para a sua execução. Passamos, de lá para cá, a tentar compatibilizar a aspiração correta e justa por ampliação da cidadania e de direitos e a escassez de recursos. Nem havíamos nos apercebido de que a inflação era o que, hoje, todos sabemos. Não preciso repetir. Tanto não nos havíamos apercebido que colocamos na Constituição – na Constituição! – instrumentos que só teriam sentido no regime inflacionário. Por exemplo, aumento linear de salário. Hoje, somos cobrados por erros nossos. E é justo que paguemos erros dos quais fomos participantes. O pressuposto é que haveria sempre inflação e, portanto, que haveria sempre que buscar um mecanismo, que não era de aumento, era de correção da corrosão inflacionária.

Chegamos a colocar uma taxa de juros definida na Constituição, tal a nossa incompreensão dos mecanismos financeiros contemporâneos. É verdade que, à moda brasileira, nunca exercitamos essa determinação constitucional. Esse artigo foi interpretado e permitiu que a realidade se ajustasse àquela exigência constitucional. Esse era o clima.

Mas também não nos havíamos apercebido – e muitos até hoje não se aperceberam – do que significa, na verdade, o desafio da

globalização. Muitos não se aperceberam. O Presidente Clinton ainda ontem falava sobre isso. Não se aperceberam do quê? As formas de produzir mudaram radicalmente. A base técnica da produção mudou e a revolução da informática e dos meios de transporte está apenas começando. É como se estivéssemos na época da descoberta das máquinas a vapor e não pudéssemos vislumbrar as consequências que elas trariam, como trouxeram, para a organização da sociedade. Muita gente hoje não percebeu ainda que nós já estamos vivendo numa época em que o acicate, aquilo que leva para diante, o que transforma e transforma com muita rapidez, já está em marcha. O desafio que nós tínhamos – e temos – é de saber como localizar um país com a força do Brasil, que tem um projeto nacional, e deve tê-lo, num contexto internacional cambiante, que tem outras condicionalidades que não são as condicionalidades com as quais estávamos habituados.

Quando não se faz a revolução copernicana, quando as mentes e, principalmente, os corações não mudam, eles ficam sempre olhando no retrovisor e propondo a volta ao impossível, porque o futuro está no presente, já está enraizado no modo de produzir do mundo contemporâneo. Esse desafio levou o Brasil a se reposicionar, e nós o fizemos. Nós o fizemos e vamos continuar a fazê-lo.

O que foi esse reposicionamento? O Ministro Malan já explicou em linhas gerais: a economia deixou de ser fechada. Que economia hoje é fechada no mundo? Nem em Cuba, que apela ao turismo e ao investimento nessas áreas. Para não falar na China, que é o único país que passa à frente do Brasil na capacidade de atrair capitais.

Não obstante, me recordo de que, uma vez, sendo ainda senador, ousei uma afirmação, que era a seguinte: “É preciso definir um padrão de inserção soberana do Brasil na economia internacional.” Não faltaram os barbudinhos – sem nenhuma referência ao Ministro Lafer – que chamaram, imediatamente, os tambores para rufar na guerra ideológica, porque um senador progressista – eu era e sou – ousara dizer que o Brasil tinha que se inserir, e eu coloquei “vírgula”, soberanamente, na economia internacional. Fui, humildemente, bei-

jar a cruz, na Universidade de Brasília, discutir com alguns dos barbudinhos, que cobravam coerência ideológica de alguém que ousava dizer que o Brasil não tinha que ser uma autarquia.

Isso foi ontem. Não obstante, quisesse eu ou não quisesse, quisessem eles ou não quisessem, o país não podia continuar sem ter alguma política que implicasse a abertura dos seus mercados. Pode-se discutir como fazê-lo, até que limite, o que se dá, o que se toma, ter-se feito errado aqui e ali, mas não se pode discutir que, hoje, nós vivemos no mundo que é global. E neste mundo global, tampouco se pode reconhecer que as próprias estruturas da economia internacional, que foram criadas depois da Segunda Guerra Mundial, são, hoje, insuficientes para fazer face aos processos derivados dessa globalização. Hoje, temos um sistema de mercado que funciona dia e noite, *on-line*, através dos mecanismos da Internet, dos mecanismos dos computadores. As próprias instituições de Bretton Woods são insuficientes e me refiro ao Fundo Monetário Internacional, que tem muito menos capacidade de fazer face, hoje, a estes problemas, do que aquilo que foi desenhado em Bretton Woods. Até porque o que foi desenhado era um mecanismo, simplesmente, para equilibrar as relações comerciais entre os países e fazer frente àqueles que ficassem sem poder pagar.

Hoje, o desafio é de outra natureza, é como se dá solvabilidade em situações de crises financeiras, quando repentinamente pode existir um processo de secura de mercado, que drena recursos de repente, onde desaparecem os recursos financeiros e se estiolam processos de desenvolvimento econômico, muitas vezes sem que os fatores domésticos tenham tido, efetivamente, o peso decisivo para contribuir para que isso ocorresse. O próprio Fundo Monetário Internacional hoje pede mais poder para agir. Há setores no mundo que se opõem a esse pedido, porque ainda acreditam que o melhor é deixar que as forças do mercado atuem livremente. Não é o que eu penso.

O próprio Banco Mundial foi criado também com o objetivo de dar sustentação, depois da Segunda Guerra Mundial, aos processos de desenvolvimento e diminuir a brecha entre ricos e pobres. Hoje,

compare-se o orçamento do Banco Mundial com o do BNDES. São orçamentos equivalentes. E a África é mais carente que o Brasil.

É neste mundo que nós nos situamos, e é neste mundo, com imensas potencialidades de atuação, para um país como o Brasil, que nós devemos atuar sem medo, sem arrogância, mas com firmeza. Por isso, nós modificamos as nossas posições internacionais. Modificamos nossas posições internacionais para defender o interesse nacional, tal como ele se coloca no mundo de hoje, e não para ficarmos chorando com fraseologia do passado e permitindo que o mundo de hoje afogasse o nosso país, fazendo com que ele perdesse a seiva da potencialidade de se transformar. E ele continuou se transformando. Foi o que foi dito, o que foi visto aqui esta manhã. Para isso, nós mudamos inteiramente nossa ação nessa cena internacional.

Na área financeira, o Brasil, ao invés de ficar reclamando como se fosse um país sem recursos apenas – ele precisa de recursos, mas também os tem –, como se fosse um país de mentalidade colonizada, que não tivesse nada a dizer ao mundo, foi se relacionar com o que se chama BIS–Bank of International Settlements, ou seja, o banco dos ajustes internacionais que existe na Suíça, na Basileia, e hoje é o consórcio de bancos centrais.

Hoje, o nosso Presidente do Banco Central participa dessas decisões. Graças ao entendimento com o Presidente Clinton, conversei sobre isso quando estive com ele em Camp David antes de ele realizar a operação, foi criado um grupo chamado G-20, que é um grupo intermediário entre o G-7, o G-8 e os países mais pobres. Nesse G-20, a ação do Brasil está lá, a presença existe e as pessoas do Brasil, que lá representam o nosso interesse, são levadas a sério. Isso é tão importante quanto as mudanças objetivas que estamos fazendo na economia brasileira. Isso é a recuperação da dignidade nacional. Isso é fazer com que um país como o Brasil erga a cabeça, não tenha que ficar se escondendo a toda hora ou chorando como se não pudesse fazer nada, e que leve suas posições afirmativamente. Os resultados dessa ação aí estão.

Na questão da discussão das patentes, na questão da discussão da Aids, houve uma vitória nítida da diplomacia brasileira em Gene-

bra, coincidentemente com a ação do Ministro da Saúde do Brasil. Isso deixa claro que o Brasil tem peso neste mundo e pode vir a ter mais peso. Hoje, isso é bastante claro, quando se pede o apoio de certas instituições desta rede de proteção social do Brasil que foi aqui descrita pelo Professor Roberto Martins. Quem pede são países importantes, como os próprios Estados Unidos e outros, para que nós atuemos mais francamente nas áreas mais pobres do planeta.

Isso é a demonstração clara de que o Brasil se reposicionou. Não como um país rico, porque nós não somos ainda, mas tampouco como um país que tenha só carências e que precise ficar o tempo todo desfazendo do que é feito, chorando sobre tristezas que não existiram, havendo aquelas que são verdadeiras e para as quais nós precisamos não de choro, mas de competência para enfrentá-las. Mudamos as ênfases da nossa participação, da nossa inserção mundial.

E ao mudar essas ênfases, o que fizemos? Mantivemos a nossa tradição de independência no plano internacional e de articulação crescente do Brasil com os grandes blocos mundiais. Retomamos o relacionamento com o Japão que estava altamente deteriorado em função de erros passados. Abrimos um relacionamento com a China, que é exemplar no mundo. Hoje, temos uma relação política muito forte com a China em termos de intercâmbio de opiniões, de ações e de desenvolvimento tecnológico em conjunto. Aqui, no Brasil – estarei lá amanhã –, em fábricas de São Paulo, estamos produzindo as grandes turbinas que vão fazer girar as águas da Usina de Três Gargantas, na China, que vai ser a maior usina de energia elétrica do mundo. Essas turbinas são feitas no Brasil. Estamos discutindo uma *joint-venture* para produzir aviões da Embraer na China também, mostrando que a tecnologia brasileira avançou numa rapidez enorme. E se hoje temos uma tecnologia desse tipo, é porque desenvolvemos, através da nossa Aeronáutica, os fundamentos para que houvesse a possibilidade de a Embraer avançar como avançou nesses anos mais recentes.

Mas não é só com a China. Nós refizemos o conjunto das nossas relações. Ainda ontem, o Senhor Pascal Lamy, o comissário europeu

encarregado das relações comerciais, esteve comigo e com outros ministros. A União Européia está começando a fazer propostas concretas ao Mercosul para que possamos discutir uma zona de livre-comércio entre nossos dois blocos, tendo sempre como objetivo o acesso a mercados, a luta contra o protecionismo, a não-aceitação de subsídios, numa posição firme mas inteligente, não arrogante, negociadora-firme, mas negociadora. Assim como não temeremos negociar, no momento adequado, a Alca. Se negociamos com a Europa, não há por que não negociar com o hemisfério, com a condição de que tenhamos nossa capacidade negociadora preservada por uma política inteligente e pelo apoio do empresariado e da sociedade brasileira a cada passo que se vá dar.

Mas, fundamentalmente, percebendo a mudança do mundo, fizemos também uma inserção mais forte – e devo reconhecer que isso começou com o Governo Sarney e continuou no Governo Collor – na nossa política com o Mercosul e com a América do Sul. Pela primeira vez, reuni, em Brasília, todos os presidentes da América do Sul. Por que pela primeira vez? É de se espantar que tenha sido a primeira vez, porque sempre tivemos uma política muito mais voltada para nós próprios, temerosos do que pudesse ser a sensação de um Brasil que se afirme na sua vizinhança. Hoje, não precisamos mais disso, porque a nossa vizinhança sabe que essa afirmação brasileira é de paz, de cooperação e não de imposição, e sabe também que o nosso compromisso com o Mercosul é firme.

Quero reiterar o que disse o Ministro Malan, há poucos instantes: nós, ardentemente, torcemos para que a Argentina resolva suas questões. Não é certo que o Governo brasileiro esteja aqui, de braços cruzados, esperando que haja uma explosão. Seria ruim para todos. Seria lamentável se, em algum momento de dificuldade brasileira, alguém se relacionasse conosco nessa mesma posição. Portanto, não estamos nessa torcida. Nossa torcida é outra: é para que busquemos mecanismos de cooperação que permitam até mesmo, como muitas vezes fizemos, o sacrifício pontual de interesses concretos de alguns brasileiros, com a vantagem de uma visão nacional que sabe da importância do Brasil e sabe da importância do Mercosul para o Brasil e sabe que, com um

Mercosul organizado, nós temos muito maior capacidade de conversar com a Europa, de conversar com os Estados Unidos.

Este, Senhores e Senhoras, é um novo Brasil. É um Brasil que tem um projeto nacional, um Brasil que não fica fechando os olhos, nem fechando os ouvidos às críticas, mas que também não tem medo delas, nem lá fora, nem aqui dentro, porque tudo que faz é com transparência.

É verdade que o povo brasileiro tem dado exemplos extraordinários de coesão e de solidariedade. Mas também – e aí agradeço – é verdade que os que colaboram comigo no Governo – o próprio Governo – têm sido corretos, competentes e transparentes. Há uma correspondência, pelo menos na nossa vontade, entre o que se está fazendo e o que se deseja fazer.

Nós temos, portanto, que prestar atenção a esses oito anos, sete anos. Refiro-me aí ao período do Real, mas já disse e reconheço que vem de antes também. Nesse período do Real, nós mudamos muito mais do que só a inflação ou só a economia. Não preciso voltar a falar sobre aquilo que é, talvez, hoje, a motivação maior de todos nós.

Eu me recordo aqui do pai do nosso querido Senador Teotônio Vilela Filho, o velho Senador Teotônio Vilela, que lançou um livro com Rafael de Almeida Magalhães, que nos motivou durante décadas nas críticas aos governos de então no Brasil e que falava da necessidade do resgate da dívida social. Pois bem, o que nos mostrou hoje, aqui, o Doutor Roberto Martins foi que nós estamos começando a pagar a dívida social.

Eu disse, muitas vezes, que o Brasil dispunha de um Estado de mal-estar social. Na época em que estava na moda falar do Estado de bem-estar social pelo mundo afora, eu dizia que o nosso problema, aqui, era outro. Nós tínhamos que acabar com o Estado do mal-estar social. O que é Estado do mal-estar social? Era o Estado que ajuda a concentração de renda, que orienta mal o gasto social, que concentra o gasto social na classe média e não nos mais pobres. Ainda hoje, uma boa parcela desse gasto não se dirige para os que mais necessitam. Nós precisamos refazer esse Estado.

A descrição feita pelo Doutor Roberto Martins, hoje, aqui, desta rede social mostra que, nesses anos todos, nós começamos a criar um Estado para deixar de ser do mal-estar social. Um Estado que, efetivamente, não tem a presunção de que, burocraticamente, de Brasília, se tomam decisões. Um Estado que entende que a descentralização é essencial, que sabe que a cidade é um fenômeno novo. Um Estado que sabe da desigualdade regional e sabe que a interiorização é fundamental no Brasil. Um Estado que, portanto, se articula por todas as partes do Brasil. E que, ao se articular, não se fecha à sociedade.

Essa dívida social não poderá ser paga nem com benesses, nem com assistencialismo nem, simplesmente, com penas autoritárias dos “pais da pátria”, dos “pais dos pobres”, dos “pais dos trabalhadores”. Porque isso é impostura. Essa dívida começou a ser paga porque a sociedade começou a ter mais consciência e a exigir, porque o Estado se tornou mais poroso e permitiu que houvesse uma interação com a própria sociedade.

Hoje, quem for ao Ministério da Educação vai ver que, na hora de se fazer um programa de distribuição de recursos para as escolas, a escola possui a Associação de Pais e Mestres, que decide sobre o recurso que vai ser dado. A merenda escolar, que era centralizada, hoje não o é mais. Mas o prefeito tem que ter um controle social sobre isso também.

Não é fácil. Essa descentralização cria muitos problemas novos de corrupção, de ineficiência, de má gestão, de falta de controle. Mas isso não é razão suficiente para nós voltarmos atrás. Isso é razão para termos persistência, até que a sociedade tenha melhores condições para usufruir desses mecanismos novos de interação.

Fizemos isso em todas as áreas sociais. Na Previdência Social, na educação, na saúde, na reforma agrária. Estamos municipalizando, contra a opinião dos ideólogos, que querem manter controle sobre os recursos públicos, usar o recurso público para clientelismo próprio e fingir que são mobilizadores do povo no campo, quando são aproveitadores de recursos públicos contra o povo no campo. Essas coisas têm que ser ditas com clareza. E aí estão as evidências de que assim é.

Bom é o movimento social. Boa é a demanda. Boa é a exigência. Boa é a reclamação. Boa é, até, a impertinência ante os poderosos, seja quem for, até o próprio Presidente. Mas não há correção do erro através da perpetuação ou da criação de novos erros, através de cadeias que são burocráticas e da formação de clientelismos novos que não respondem ao Estado, mas respondem a grupos de pressão, a grupos políticos ou a grupos ideológicos, porque isso é o passado. Não é o futuro. Mas essa rede social está sendo construída.

Começamos, Senador Teotônio Vilela Filho, a pagar a dívida social. Dívidas de quatro ou cinco séculos não se pagam em quatro anos, em oito anos, em doze anos, em dezesseis anos. Talvez se pague em duas, três gerações. Mas nós começamos. Ninguém havia organizado o Estado brasileiro para que ele começasse a deixar de ser um Estado do mal-estar social. Graças ao Real, graças à estabilização da economia, graças à sociedade brasileira, graças às pressões da sociedade, estamos mudando a estrutura do Estado.

Não vou parar de mudar a estrutura do Estado. Privatizei, sim. Só que eu disse ao país, nas campanhas eleitorais, que ia privatizar, e disse por quê. Não privatizei por amor ao privado, contra o público e o estatal. Pelo contrário, pessoalmente, prefiro o público ao estatal e ao privado. Mas os recursos, hoje, não estão disponíveis no Tesouro. O Tesouro tem dívidas. Quem tem recursos é a sociedade civil. E, por isso, porque não podíamos parar, nós privatizamos. E também para aumentar a racionalidade da gestão. Aí estão os resultados, que já foram ditos aqui.

Peguem a telefonia, onde houve privatização. Aqui, foram dados os números dos telefones fixos. Os celulares têm um crescimento ainda mais espetacular. Peguem os portos e vejam como se baratearam seus custos. Peguem as ferrovias, que eram consideradas sucata e, hoje, outra vez, elas começam a competir com os caminhões no transporte de mercadorias.

Avançamos. Não avançamos o suficiente na privatização do setor energético, porque o setor político se opôs, e o Governo não teve a força suficiente para dar os passos necessários. Não avançamos o su-

ficiente. Agora, os mais incautos ainda pensam que a crise de energia existente atualmente é porque houve privatização. Não houve praticamente nenhuma privatização no setor gerador. Não obstante, a crise está aí. E não por isso também. Por questões, basicamente, de chuva, de água. Mas não avançamos o suficiente.

Não vou parar de avançar. Enquanto eu for Presidente da República, o que disse ao povo que faria, na praça pública – e tive o voto –, vou fazer, contra a opinião de quem quer que seja. Vou fazer.

Vamos continuar no mesmo caminho, que é o caminho da reforma, que é o caminho de um novo Brasil, que não tem que se acovardar com o grito de um ou de outro, com pesquisa de opinião daqui ou dali. Cansei de ganhar de gente que estava na minha frente em pesquisa de opinião. Vou ganhar de novo, pelo Brasil – pelo Brasil –, com muita fé. Temos muito ainda o que fazer. E vamos fazer.

Nós, que começamos a refazer a rede de proteção social do Estado, também mudamos o Estado em muitos outros aspectos. Criamos os órgãos reguladores: a Aneel, a Anatel, a Agência Nacional de Petróleo, a Agência Nacional de Águas, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária. É uma revolução na estrutura do Estado. O que se pedia que se fizesse com o Estado brasileiro, nós avançamos e fizemos. Custou? Custou. Custou caro? Custou. É difícil? É difícil. Mas nós avançamos. Vamos continuar avançando. Na própria Previdência Social. No setor privado, nós avançamos bastante.

O Governo não teve forças, no Congresso Nacional, para colocar com mais energia a questão do setor público, e os interesses corporativos prevaleceram na decisão a respeito do setor público. Não sei se ainda terei tempo para isso, mas é uma dívida social, é um peso de 30 bilhões de dólares que tem que ser de alguma maneira equacionado.

Tivemos coragem para assumir dívidas que não eram nossas. Ainda agora, na remodelação da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, a dívida pública vai aumentar. Já existia, estava escondida, não é minha, é do passado, mas eu não tenho medo de fantasma nem de esqueleto. Põe-se para frente o esqueleto, mostra-se, espanta-se o

fantasma para todo o sempre. Só das dívidas dos estados, nós assumimos – o Governo Federal – 150 bilhões de reais.

E quantas vezes os próprios governadores, em vez de reconhecerem que isso foi um benefício, vêm pedir para não pagar aquele pouquinho que têm que pagar diante do muito que teriam que pagar se o Governo não tivesse assumido a dívida. Assumimos o ônus de dizerem: “Ah, o Governo aumentou a dívida pública.” Aumentou não, colocou de manifesto ao país. É assim que nós somos. A nossa cara ainda é feia, mas acreditamos no País, vamos melhorar. Isso provoca o aumento da taxa de juros, que aumenta a dívida de novo, é verdade. Não negamos. Mas não temos medo de dizer as coisas como elas são, porque temos convicção, porque temos crença e não estamos governando o Brasil para fins pessoais. Não estamos governando o Brasil erráticamente. Não estamos governando o Brasil como salvadores da Pátria.

Nós não estamos governando o Brasil como gente que só vê o passado e que é incapaz, sequer, de perceber o presente quanto mais de desenhar o futuro. Nós estamos governando o Brasil sabendo que o nosso povo tem um desenho de si mesmo e do futuro e, portanto, não escondemos as coisas que não são ainda feitas, ou que precisam ser feitas, ou as coisas que são difíceis, ou as que fizemos malfeitas. Nós dizemos, com tranqüilidade: estamos fazendo uma modernização institucional do Brasil. Equilibramos a economia, retomamos o crescimento, com vaivéns, porque o mundo é assim.

Nós, hoje, podemos dizer com tranqüilidade que houve uma mudança qualitativa do nosso setor produtivo. Começamos pela agricultura. Quando assumi o Governo, a agricultura era só dívidas. As taxas de juros eram flutuantes e escorchantes. Era a luta incessante do agricultor com o Banco do Brasil. Produzíamos, no começo da década, 56 milhões de toneladas de grãos. Este ano, vamos nos aproximar de 97 milhões de toneladas. E tomara que o ano que vem cheguemos a 100 milhões de toneladas de grãos. Impensável isto há cinco anos. Só que hoje o juro é fixo, 8,75% para o agricultor grande; 4,74%, ou menos, para o pequeno agricultor. É uma mudança. É por isso que há essa transformação.

Hoje, há um programa chamado Moderfrota no BNDES que permite que as fábricas de tratores e implementos agrícolas tenham a expansão de 30% ao ano, porque há quem compre e tem como ser financiado. E a nossa agricultura, hoje, agrega valor. Graças à Embrapa, graças aos empresários, graças à capacidade que o Brasil tem, é uma agricultura que, hoje, é altamente competitiva. O mesmo se diga da pecuária brasileira, que está sofrendo uma transformação qualitativa das mais importantes. Continuamos sendo e nos expandimos, como um celeiro de agricultura e de pecuária. Somos o primeiro, o segundo ou terceiro país no mundo. E enfrentamos a concorrência dos mais poderosos e os mercados fechados pelos mais poderosos. Ainda assim, estamos avançando e vamos avançar mais.

Não foi só na agricultura. No setor de serviços a revolução é total. Está aí o esforço feito para disseminação dos computadores, com o Fust–Fundo de Universalização dos Serviços de Telefonia, que espero que o Congresso aprove o mais depressa possível, sem pensar em mesquinhas de que partido é, mas pensando no Brasil. É uma coisa importante, para que as escolas tenham acesso ao computador, para que se possa ligar algumas à Internet, para que nos postos de serviço dos Correios haja computador.

O fato é que nós, hoje, temos uma sociedade onde o exemplo mais vibrante dessa modificação é o Imposto de Renda. As empresas o declararam totalmente através da Internet, e mais de 90% dos cidadãos também pela Internet. Pode haver exemplo maior de absorção no setor de serviços de uma mentalidade nova? Da vontade de mudar, da vontade de se transformar? E dá para nós, então, não termos confiança e fé nesse Brasil?

No setor produtivo direto – mencionei os aviões –, a Petrobras continua à frente na tecnologia de águas profundas. E o nosso setor de química avança também. Retomamos a construção naval, que tinha sido arrebatada pela corrupção. Em vários setores estamos avançando consideravelmente na qualidade do produto, porque, hoje, é vital competir. E nós competimos.

Hoje, mais de 50% da pauta de exportação brasileira é feita por produtos manufaturados. Cinquenta por cento. *Commodities*? Vinte e poucos por cento. É uma mudança de qualidade. E quando nós vendemos produtos manufaturados, vendemos para quem? Para a América Latina? Sim. Para os Estados Unidos também, e bastante. Porque a qualidade é competitiva.

E quanta gente ignorante ou, então, de má-fé, ou, então, movida pelo ódio, diz que nós estamos sucateando a indústria. É possível? É possível que se repitam essas bobagens, e que não se vá ver o que acontece? Além das turbinas que estamos produzindo para a China, estamos, agora, com proposta de fazer aviões com a França. Por quê? Porque sucateamos a indústria? Meu Deus! Como dizia Castro Alves: “Tanto horror perante os céus.”

Será que não é possível um pouco mais de discernimento e de coragem de ver as coisas? E nós, também, não precisamos ter mais coragem para dizer, com mais energia, o que é o Brasil? Ficamos, às vezes, intimidados com a primeira bobagem que alguém, que se supõe de oposição – às vezes nem o é, é apenas por ignorância –, brada.

Não. Eu quero o Governo funcionando com energia até o final do meu mandato e quero passar o meu governo a um sucessor que tenha a mesma visão do mundo que eu tenho, que vá adiante com as transformações do Brasil e que não nos leve ao risco da hiperinflação outra vez, ou de um atraso contido ou de um atraso benévolo. Não. Temos que ter coragem de ver que o Brasil já pode enfrentar, com mais decisão, os seus desafios. E temos muitos.

Não quero cansá-los, mas ainda quero dizer algumas coisinhas hoje. Mencionei, aqui, a inserção global. Mencionei a modernização institucional. O combate à pobreza, que é a motivação fundamental, que nós estamos fazendo, não estamos dizendo. Agradeço ao Congresso, também.

Em todos esses momentos, o Congresso funcionou. A todo instante eu leio: “A base do Presidente acabou.” Há seis anos leio isso. Vez por outra, acabou a base. Rara a votação que o Governo não ganha. Ô base que acaba boa essa, hein? Pode ser, a base, certamente, tam-

bém é nervosa, quer saber o futuro de cada um. É normal. Mas, quando se colocam de frente as questões, como questões públicas e nacionais, essa base, ou qualquer outra – e, às vezes, a oposição –, vem junto.

Vou dizer também que eu não vou mais tolerar essa coisa de base que está para cá e está para lá. Ou é base ou não é base. O Brasil está precisando de decisões claras. Vamos tê-las.

Mas o que eu queria dizer é outra coisa. Queria dizer o seguinte: é que, entre as mudanças do Brasil, as mais importantes, talvez, não tenham sido nem essas. A mais importante é a mudança de mentalidade, de cultura. Nós, aqui, temos um tremendo desafio – como país – institucional, de cultura cívica, de cultura política. Com esse quadro que delineeí, um pouco atropeladamente, nós estamos passando, simultaneamente, por muitas transformações nesse plano.

Pegemos o plano político-institucional. Saímos de uma situação político-institucional, não de agora, tradicional; baseada no localismo; no caudilhismo; no fisiologismo; no assistencialismo; nos caciques regionais; na dispersão de tudo e numa colcha de retalhos que, no passado, num dado momento, o Presidente organizava porque benzia todas as forças regionais oligárquicas. Ainda que o Presidente tivesse a capacidade de benzê-las – e não tem, nem quer –, não é mais possível. O Brasil não é mais compatível com o mandonismo local na expressão nacional. Pode existir lá, no local. Mas ele não tem mais força para dirigir os destinos do Brasil.

É uma mudança importante. Basta ver o fortalecimento da democracia representativa. Os partidos estão aí, as eleições, a liberdade, as instituições e, ao mesmo tempo, a formação da sociedade de massas globalizada: informação em tempo real, informações absolutamente amplas do mundo todo, demandas que crescem porque as pessoas vêem, compararam, querem mais. Já não querem apenas a cidadania no sentido antigo, mas querem, talvez, participar da cidadania planetária. Sabem que há leis de meio ambiente que são muito exigentes nos países do Primeiro Mundo. Querem que aqui seja igual. Isso, às vezes, até provoca certos problemas, porque a nossa infra-estrutura não é de Primeiro Mundo.

Mas querem – e é bom que queiram – uma norma que seja mais humana e, portanto, universal nessas várias matérias. A mídia é fundamental nesse processo, porque a mídia é o que faz a circulação de tudo isso. E a mídia exige e circula. Circula o que apareça: bem, mal. É da natureza das coisas. Não adianta reclamar da mídia. É da natureza das coisas.

Mas nisso tudo está-se formando uma nova cultura política. Por que se fala tanto de corrupção? Porque há uma nova cultura política. Não houve aumento de corrupção. Houve outra coisa muito mais importante: a transparência. Houve a vontade do Presidente da República e do Governo de deixar que as coisas sejam apuradas. Nunca transferi delegado algum para evitar que haja um processo – nunca. Nunca fiz pressão sobre quem quer que seja para esconder um documento. Nunca pedi que não se mostrasse o que está errado.

Só pedi uma coisa, e isso pedi não por ser desejo pessoal: que respeitemos as instituições. Por quê? Porque, nesse processo de reformulação do Brasil, dessas pressões que mencionei, desencontradas, temos que criar uma cultura política que entenda que o exercício da cidadania, a força reivindicante das massas, a organização social, o movimento social são fundamentais no mundo novo, tanto quanto o fortalecimento das instituições.

Quando os movimentos ou mesmo as ações individuais ou as denúncias ou o brado de alerta ou a indignação – que são necessários – põem em risco a instituição, ou a instituição está podre e tem que ser consertada, ou o grito é exagerado e tem que ser moderado, aí está o dilema. É o desafio real da construção da nova democracia do Brasil.

Como é que se faz o equilíbrio entre a mudança que se deseja, a rapidez que se precisa imprimir a ela, os recursos que são escassos, as instituições que ainda não são fortes e a vontade imensa de que tudo aconteça num clima – e disso me orgulho – de total liberdade? Ninguém foi para a cadeia nos sete anos de meu governo por ordem minha ou por ordem do Governo. Ninguém, a não ser por ordem da Justiça. A liberdade, aqui, é total. Mas porque ela é total, implica, também, que nós tenhamos uma consciência cívica da responsabilidade no exercício das nossas funções e no exercício também do con-

trole do que ocorre no país, não no sentido repressivo, mas no sentido da motivação, da pedagogia, da dialética que tem que ser estabelecida para que nós possamos avançar. Este é o grande desafio que nós temos. E nós vamos avançar nele também.

O Congresso Nacional vai ser chamado a discutir a reforma política. É necessário discutir a reforma política. Um país que está mudando, na velocidade em que o Brasil está, um país com todos os desafios foi capaz de enfrentar crises. Um país que tem hígidez, que tem coesão social – e a crise energética mostrou essa coesão social –, tem, portanto, valores, é um país que precisa que as suas instituições se renovem.

E dentre as instituições, a instituição política é a mais importante nesse momento para definir o futuro. A rede de segurança social está em marcha, foi implantada por nós. A infra-estrutura está em marcha, está aí nos quadros, demora um pouco mais ou um pouco menos, é questão de recurso, questão de gestão. A estabilidade está posta e nós vamos agarrar-nos a ela. Nós temos, também, que levar adiante as transformações políticas das instituições políticas pelos mecanismos que o Congresso está discutindo, porque o nosso sistema não está funcionando.

Essa velocidade é a que se requer na sociedade. Esse sentido de responsabilidade que se requer, requer também partidos mais coesos. Requer também mecanismos mais transparentes de fidelidade partidária. É preciso que a população saiba porque está votando em alguém. E não votar em um e eleger outro. É preciso que haja, realmente, modificações importantes nessa área.

E, correlato com isso, nós temos que insistir nas reformas do Judiciário. Democracia não se faz sem partidos, nem sem Judiciário apto. Não se faz, também, sem cultura política adequada. Alguém disse numa biografia de Emiliano Zapata, aquele livro de que eu tanto gostei sobre o México, que a democracia por si mesmo não torna a vida mais decente – decente no sentido financeiro, melhor –, mas todas as vezes que se consegue melhorar a decência, a democracia se cristaliza, se fortalece.

Essas redes todas, esses esforços todos são para melhorar o nível de vida. E, ao melhorar o nível de vida, a democracia tende a se

fortalecer. Ela, sozinha, não leva à melhoria do nível de vida. Precisa achar outras ações. Mas ela é indispensável para isso. E nós precisamos adequar mais nossas instituições a esse momento do Brasil.

Falei reforma do Judiciário por quê? Porque a delonga nos julgamentos dá a sensação de impunidade. E a sensação de impunidade se transfere, automaticamente, para o Executivo, e, quando possível, para o Presidente da República.

Vejam o massacre de Eldorado dos Carajás. Fui até condenado por esses tribunais *fake*, para não dizer “fajutos”, como responsável pelo massacre de Eldorado dos Carajás. Massacre que foi praticado lá longe, por forças locais, que teve a repulsa imediata do Governo Federal. Só que os responsáveis não são julgados. Pedi ao Congresso que passasse para o âmbito federal os crimes contra os direitos humanos. Até hoje, o Congresso não me deu essa legislação. Ao não dar essa legislação, o mundo inteiro pensa que é o Governo Federal que é responsável. Na verdade, é a Justiça que está, digamos, delongando decisões

Não podemos continuar com o sistema de processo judicial. Não me refiro a uma reforma corporativa – quanto vai ganhar um juiz, quantos juízes vão ser para cá e para lá. Isso é menor. Às vezes, é o que mais entusiasma, mas não a mim. A mim entusiasma a reforma do processo. É preciso haver uma reforma dos processos. Quando o governo pede, muitas vezes, que o Congresso dê instrumentos para que mais depressa as Cortes Superiores julguem, não é porque quer diminuir a importância do juiz singular. Não é porque quer concentrar poder, porque mais facilmente “manipularia o poder concentrado”, até porque o nosso Supremo Tribunal, o nosso Superior Tribunal de Justiça, por sorte para todos nós, muitas vezes, tem mais um olhar de desconfiança, quando não de oposição, ao Governo do que de complacência. Não é por isso. É porque precisamos dar ao cidadão a resposta mais rápida.

E não podemos deixar também que, através de instrumentos laterais, como as liminares, a sonegação continue, como acontece nos combustíveis, ou que precatórios contra o Erário sejam pagos por *habeas corpus* e liminares. Isso não pode continuar.

Isso não é Estado de Direito. Isso é Estado de aproveitamento. É Estado que leva, realmente, a fortalecer esses mecanismos que desiludem a população. Não devemos confundir o Estado de Direito com o Estado de desleixo. Isso é Estado de desleixo. Não é Estado de Direito.

Sou democrata convicto. Desafio quem possa ter visto qualquer ato meu que não seja coerente com os meus princípios, durante toda a minha vida. Cansei de ouvir que há arbítrio do Poder Executivo. Não há arbítrio. O que há é vontade de dar satisfações à cidadania, é pedir que se criem mecanismos mais expeditos para que a Justiça possa ser um sentimento do homem comum e para que, portanto, a cidadania encontre um ponto de apoio fora do Estado, fora do Executivo, fora das polícias, que, naturalmente, dão a sensação, sempre, de coibir. Precisamos avançar nisso e vamos avançar.

Precisamos avançar em muitas outras coisas mais. Precisamos avançar na reforma tributária. Por mais que digam que o Governo não quer, quero a reforma tributária. Há coisas curiosas – não é o momento de repeti-las agora –, mas quando se quer, às vezes, avançar, os próprios que, antigamente, se queixavam dizem: “Por favor, não faça nada, não, porque está bom como está.” O caso das exportações é recente.

Então, é preciso examinar o que é justo e o que não é justo. A carga tributária é pesada, mas, num país como o nosso, a questão verdadeira não é essa. É saber o que se faz com essa carga tributária. Ela está mesmo indo para a rede social? Ela está mesmo modernizando a infraestrutura? Se estiver, é o jeito de o Brasil avançar. Se não estiver, está errado e é preciso condenar. Claro, não estou defendendo o aumento de carga tributária, não, porque até eu reclamo. Mas é preciso examinar tudo nas devidas proporções.

Finalizo, porque há que finalizar – senão falaria mais. Mas finalizo dizendo o seguinte: continuo apostando no futuro, continuo com coragem, com serenidade, com bom humor – por mais que queiram que eu perca, não vou perdê-los. Tenho a consciência tranqüila, tenho bom humor.

Agora, essa aposta, diante de tudo que descrevi aqui, está baseada em tudo isso – estabilidade, crescimento da economia, gestão melhor, rede de proteção social –, mas depende, basicamente, de incorporarmos os conceitos do mundo contemporâneo. O mundo contemporâneo é conhecimento, é saber. Saber se incorpora dando educação, dando ciência, dando tecnologia. Não há outro caminho. Este é o caminho do futuro. Isso não quer dizer que não tenhamos que apertar os mais ricos, mudar essa distribuição de renda. Não pode ser um pretexto para não fazer, não tomar outras medidas. Pessoalmente, sou favorável ao imposto sobre a herança. Algum mecanismo mais duro tem que ser posto em marcha, no Brasil, para mudar esse tipo de concentração de renda.

Mas sei também que nada disso bastará se não tivermos uma população mais apta a exercer a cidadania plena, como eu disse aqui, não só a tradicional, mas a planetária, no nosso país. Para isso, precisamos de mais educação. E se de algo posso me orgulhar, é de que nós realmente estamos fazendo uma revolução na educação no Brasil. Contra muita gente, contra muitos colegas meus. Muita gente. Porque é fácil falar e difícil fazer. Quando os recursos são escassos, temos que escolher. Escolhi a educação de base, o ensino primário. Não é o único. Mexemos na formação profissional, mexemos nas universidades. Agora, demos um impulso enorme, que o futuro vai mostrar, na área de ciência e tecnologia e na área de ensino superior. Agora, dispomos de mais meios para isso. Taxamos os setores privatizados para que eles pudessem contribuir nesse passo.

Esse é o caminho do futuro: mais cidadania, mais transparência, mais capacidade de viver o mundo, menos medo de avançar, menos visão de retrovisor e mais ação construtiva, convergente e confiante.

Portanto, Senhores Ministros, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores, esses sete anos foram poucos para o que se precisa no Brasil, mas trabalhamos. Posso lhes garantir que vou trabalhar esse ano e meio sem cessar. E espero que os meus sucessores tenham, pelo menos, o mesmo amor ao Brasil e o mesmo entusiasmo pelo Brasil que eu tenho.

Muito obrigado.